



COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS
COORDENADORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

CONCURSO PÚBLICO
EMPRESA MUNICIPAL DE ARTES GRÁFICAS S/A - IMPRENSA DA CIDADE

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

ADVOGADO

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho	16 a 30
Direito Civil e Direito Processual Civil	31 a 40
Direito Administrativo, Direito Constitucional e Ética do Servidor na Administração Pública	41 a 60

3. Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva para o espaço determinado no **CARTÃO-RESPOSTA**, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A vida necessita de pausas.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - portando anotações, impressas ou manuscritas, em papéis que não os permitidos;
 - utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE durante os 30 (trinta) minutos finais** de prova **será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e **CADERNOS DE QUESTÕES**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

2014

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: É preciso ir além da Lei Seca no trânsito

A aprovação da Lei 11.705, em junho de 2008, que modificou (e tornou mais rígido) o Código de Trânsito Brasileiro, com a adoção da chamada Lei Seca, representou um passo importante para conter a violência nas ruas e estradas do país, responsável por um flagelo que se mede, a cada ano, em milhares de mortos e feridos (e, como extensão das tragédias em si, na desgraça que atinge as famílias das vítimas de acidentes). Num primeiro momento, principalmente nas regiões que adotaram ações diretas de fiscalização, como as *blitzes* contra a mistura de álcool e direção, os índices sofreram quedas acentuadas, voltaram a crescer e retomaram a curva descendente nos dois últimos anos. Mas, em geral, os números de mortos, feridos e de acidentes ainda são elevados.

Relatório da Polícia Rodoviária Federal com os índices registrados nas estradas sob sua jurisdição em 2013 mostra o tamanho da tragédia. Foram 8.375 óbitos, ou 23 pessoas por dia a perder a vida, e 103 mil feridos em quase 186 mil acidentes. A PRF estima que, somados os registros em vias urbanas e estradas estaduais, o total de mortos tenha alcançado 50 mil somente no ano passado, quase tanto quanto o número de soldados americanos que tombaram em toda a Guerra do Vietnã.

Isso corresponde a algo entre 20 a 25 mortos por cada grupo de cem mil habitantes, bem distante da relação registrada em países nos quais a guerra do trânsito parece ter sido contida em limites aceitáveis, sete óbitos por grupo de cem mil. Mesmo que em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas, como captou o relatório da PRF, o Brasil ainda está longe de atingir a meta estabelecida pelas Nações Unidas para o país, de, até 2020, reduzir à metade a estatística sobre mortos/feridos/acidentes.

A evidência de que mesmo com a Lei Seca em vigor o país não consiga reduzir drasticamente os registros do flagelo das estradas não significa que a legislação seja ineficiente. Ao contrário, não fosse o endurecimento do CTB, por certo a curva de tragédias seria ascendente — portanto, com números ainda mais apavorantes que os atuais. A questão reside, entre outras razões, no fato de, por leniência, descaso ou inapetência do poder público por ações de fiscalização mais rígida, esperar-se que os efeitos da Lei 11.705, por si só, sejam bastantes para conter grande parte dos abusos no trânsito. As estatísticas mostram que não são. A Lei Seca pode ter atingido seu limite de eficácia.

O comportamento do brasileiro ao volante, em grande medida, ainda é de desrespeito a normas e desprezo pela vida alheia. Não por acaso, as infrações mais comuns são excesso de velocidade, ultra-

passagens temerárias e outras nas quais estão implícitos riscos assumidos, álcool à parte. Uma cultura inapropriada, que, para ser revertida, implica punições sistemáticas, fiscalização permanente e ações educativas — um desafio de que não se pode desviar para reduzir a níveis aceitáveis os atuais indicadores de uma carnificina que o país precisa enfrentar e acabar.

O Globo - Editorial - 19/01/14

Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/e-preciso-ir-alem-da-lei-seca-no-transito-11333839#ixzz2qe4kA2eq>

01. Um fragmento do texto que **NÃO** contribui para a argumentação em defesa da tese expressa no título é:
- (A) “Foram 8.375 óbitos, ou 23 pessoas por dia a perder a vida, e 103 mil feridos em quase 186 mil acidentes.” – 2º parágrafo.
- (B) “... o Brasil ainda está longe de atingir a meta estabelecida pelas Nações Unidas para o país...” – 3º parágrafo.
- (C) “... a adoção da chamada Lei Seca, representou um passo importante para conter a violência nas ruas e estradas do país...” – 1º parágrafo.
- (D) “O comportamento do brasileiro ao volante, em grande medida, ainda é de desrespeito a normas e desprezo pela vida alheia.” – 5º parágrafo.
02. O significado dicionarizado da palavra **leniência** – 4º parágrafo – é:
- (A) característica de quem caminha lentamente
- (B) qualidade do partidário ou seguidor de Lenin
- (C) eloquência
- (D) brandura
03. Em “O comportamento do brasileiro ao volante...” – 5º parágrafo, verifica-se a presença de uma variedade de metonímia denominada sínecdoque que, nesse caso, consiste em designar a totalidade da população nomeando apenas um de seus integrantes. Também ocorre metonímia em:
- (A) “... reduzir a níveis aceitáveis os atuais indicadores de uma carnificina...” – 5º parágrafo.
- (B) “Relatório da Polícia Rodoviária Federal com os índices registrados nas estradas sob sua jurisdição em 2013 mostra o tamanho da tragédia...” – 2º parágrafo.
- (C) “A evidência de que mesmo com a Lei Seca em vigor o país não consiga reduzir drasticamente os registros do flagelo das estradas...” – 4º parágrafo.
- (D) “... quase tanto quanto o número de soldados americanos que tombaram em toda a Guerra do Vietnã...” – 2º parágrafo.

04. "... índices registrados nas estradas **sob** sua jurisdição em 2013..." – 2º parágrafo. A preposição em destaque – **sob** – preenche corretamente a lacuna em:
- (A) Nessa situação, multiplicam-se os momentos em que o medo transborda por ___ a sociedade.
- (B) Abriu a mala do carro e retirou uma arma de ___ um tapete dobrado.
- (C) A precaução vê-se derrotada ___ um adversário terrível: a cega pressa.
- (D) É preciso punir os infratores, deixando-os mal ___ os demais motoristas.
05. "... não fosse o endurecimento do CTB, por certo a curva de tragédias seria ascendente..." – 4º parágrafo. Verifica-se, nesse fragmento, uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, sendo que a primeira (condicionante) prepara a enunciação da segunda (condicionada). Assim se define o processo de correlação, que é corretamente observado em:
- (A) Quando as leis cessaram de nos proteger, perderíamos sem dúvida muitos direitos.
- (B) Como a cidade não contava com ações de fiscalização, precisará de mais investimentos.
- (C) Embora se reconhecesse a experiência acumulada nos programas passados, constata-se a falta de continuidade.
- (D) Não só planejara as adaptações necessárias mas também as executou com eficiência.
06. Regras de acentuação **diferentes** justificam o acento gráfico das palavras do texto reunidas em:
- (A) álcool; responsável
- (B) país; países
- (C) evidência; tragédias
- (D) trânsito; óbitos
07. "... nas regiões **que** adotaram ações diretas de fiscalização..." – 1º parágrafo. Está **INCORRETA** a reescrita desse fragmento, com substituição do pronome relativo destacado, em:
- (A) nas regiões das quais se adotaram ações diretas de fiscalização
- (B) nas regiões as quais adotaram ações diretas de fiscalização
- (C) nas regiões em que se adotaram ações diretas de fiscalização
- (D) nas regiões onde se adotaram ações diretas de fiscalização
08. No tocante à concordância verbal, está correta a flexão dos verbos na seguinte frase:
- (A) Cada um dos motoristas devem ter cautela ao sentarem diante do volante.
- (B) A virtude purifica os ambientes, o vício os corrompem.
- (C) É preciso considerar aqueles que o ferimento ou a morte impossibilitou de trabalhar.
- (D) Sabe-se que população sem convicções não defendem interesses coletivos.
09. Ao lado de cada palavra, está indicada a significação para o prefixo destacado. Há **INCORREÇÃO** em:
- (A) **retomaram** – repetição
- (B) **infrações** – negação, privação
- (C) **desgraça** – ação contrária, cessação de um estado
- (D) **endurecimento** – passagem para um estado ou forma
10. "**Mesmo que** em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas..." – 3º parágrafo. O conectivo em destaque estabelece uma relação lógica com a sequência da frase que **NÃO** se preserva ao reescrever esse início da seguinte forma:
- (A) **desde que** em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas
- (B) **posto que** em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas
- (C) **conquanto** em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas
- (D) **se bem que** em 2013 tenha sido consignada uma queda nos índices de violência nas estradas
11. "Mas, em geral, os números de mortos, feridos e de acidentes ainda são elevados." Essa última frase do 1º parágrafo estabelece com a frase antecedente a relação lógica de:
- (A) conclusão
- (B) alternância
- (C) explicação
- (D) contraste

12. "... reduzir à metade a estatística sobre mortos/feridos/acidentes." – 3º parágrafo. Está destacado o uso do acento grave, indicativo de crase, que também é obrigatório em:
- (A) Essa *blitz* estará funcionando até **as** dez horas.
- (B) Infelizmente, muitos ficam indiferentes **a** essa questão.
- (C) As infrações **as** quais o autor se refere são temerárias.
- (D) As recomendações de cautela são feitas **a** muitas pessoas.
13. "... esperar-se que os efeitos da Lei 11.705, por si só, sejam **bastantes** para conter grande parte dos abusos..." – 4º parágrafo. Está correta, de acordo com as normas gramaticais, a flexão da palavra em destaque; o que também se verifica em:
- (A) A polícia rodoviária federal apresenta **bastante** dados consistentes.
- (B) Havia **bastante** sugestões para solucionar o problema.
- (C) São perdidas **bastantes** vidas devido ao comportamento inadequado ao volante.
- (D) Os responsáveis pela política de trânsito demonstram-se **bastantes** preocupados.
14. O uso da língua está adequado à situação formal, respeitando as regras gramaticais estabelecidas para a norma escrita padrão em:
- (A) É necessário agir com prudência e que se mantenha a direção preventiva.
- (B) Não apenas seres irracionais agem por instinto; também os homens o fazem.
- (C) O destino do viajante depende em parte da sorte em parte obedecendo às regras de trânsito.
- (D) Mudanças são necessárias não tanto por causa do casamento álcool e direção, mas também devido à cultura inapropriada para o trânsito pacífico.
15. Considerando as regras gramaticais referentes à regência verbal, constata-se que podem ser seguidos pela mesma preposição todos os verbos reunidos em:
- (A) chamar; interessar-se; perdoar; visar
- (B) esquecer-se; lembrar-se; responder; pedir
- (C) aspirar; assistir; ensinar; obrigar-se
- (D) aborrecer-se; aconselhar; convocar; equivaler

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

16. Quando da declaração da nulidade de determinado contrato de trabalho, verifica-se que:
- (A) os salários e as verbas resilitórias são devidos ao empregado na ausência de concurso público, dado o caráter comutativo da relação de emprego, evitando o enriquecimento ilícito do empregador
- (B) as verbas resilitórias, e apenas elas, na ausência de concurso público, são devidas, evitando-se, assim, o enriquecimento sem causa da parte contratante
- (C) somente são devidos os salários pactuados, respeitando o valor do salário-mínimo, o aviso prévio, verbas resilitórias já incorporadas ao patrimônio do empregado, bem como os depósitos de FGTS
- (D) a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, somente lhe confere direito ao pagamento da contraprestação pactuada em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS
17. Caio foi dispensado, em março de 2012, sem justa causa, da empresa em que trabalhava desde 1998. Neste caso, seu aviso prévio deverá ser de:
- (A) trinta dias acrescidos de três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa
- (B) sessenta dias acrescidos de três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de trinta dias
- (C) sessenta dias acrescidos de três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de noventa dias
- (D) trinta dias acrescidos de três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de sessenta dias, perfazendo um total de noventa dias
18. De acordo com previsão constitucional, o descanso semanal remunerado deve ser concedido:
- (A) preferencialmente aos sábados
- (B) preferencialmente aos domingos
- (C) alternativamente aos sábados e aos domingos
- (D) preferencialmente aos domingos, salvo em semana na qual o domingo coincida com feriado

19. Maria foi contratada através de empresa interposta para trabalhar como bancária em determinado banco. Ela trabalhou nessas condições por cinco anos. Após ser dispensada, Maria moveu uma Reclamação Trabalhista para reconhecimento de vínculo diretamente com o banco, com fundamento na Súmula 331 do TST. Em sua defesa, o banco nega o vínculo empregatício, pois a relação havida com a autora era regulada através de contrato de prestação de serviços especializados e, portanto, ela estaria submetida a tal contrato. Na sentença, o juiz reconheceu o vínculo empregatício da autora com o banco.
- Considerando-se a situação descrita, o princípio do Direito do Trabalho que rechaça a tese sustentada pelo banco é o:
- (A) princípio da norma mais favorável
(B) princípio da primazia da realidade
(C) princípio da condição mais benéfica
(D) princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas
20. Em relação ao teto salarial, previsto no artigo 37, XI, da CRFB/1988 (redação da EC 41/1993), pode-se afirmar que:
- (A) não se aplica aos empregados das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta
(B) devem ser incluídas no valor do teto salarial quantias referentes a vale alimentação, valor transporte e outras verbas indenizatórias
(C) nos casos em que deve ser respeitado o teto salarial pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, o valor limite corresponde sempre ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal
(D) é aplicado aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mistas que recebem recursos financeiros dos Municípios, Estados ou da União para custeio de despesas em geral, inclusive de pessoal
21. Conforme previsto no artigo 39, §3º, da Constituição da República, **NÃO** se trata de direito social garantido aos Servidores Públicos:
- (A) salário-família
(B) salário-mínimo
(C) seguro-desemprego
(D) licença-paternidade
22. Com fundamento nas disposições celetistas sobre jornada extraordinária e jornada noturna, é correto afirmar que:
- (A) nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, em relação às horas trabalhadas no período considerado noturno aplica-se a redução da hora e deve ser pago o respectivo adicional
(B) as horas extras são remuneradas com adicional de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho
(C) os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que autorizados expressamente pelo sindicato
(D) o adicional noturno equivale a 30% (trinta por cento), pelo menos, sobre a hora diurna
23. Em relação ao intervalo para repouso e alimentação, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) os intervalos para repouso e alimentação previstos na Consolidação das Leis do Trabalho não serão computados na duração do trabalho
(B) não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar de quatro horas
(C) a não concessão do intervalo para repouso e alimentação implica em mera sanção administrativa, com imposição de multa ao empregador
(D) o trabalho em horas extras pelos empregados impede a redução do intervalo dos mesmos para período inferior a uma hora
24. Em relação à equiparação salarial, **NÃO** corresponde a entendimento sumulado pelo TST:
- (A) para efeito de equiparação de salários com caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego
(B) a equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação
(C) é do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial
(D) para fins de equiparação salarial, o conceito de mesma localidade refere-se ao mesmo município
25. Com fundamento nas disposições da CLT, **NÃO** integram o salário do empregado:
- (A) as comissões
(B) as ajudas de custo
(C) as gratificações ajustadas
(D) os abonos pagos pelo empregador

26. Com relação às custas no processo trabalhista, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) no caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal
- (B) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais
- (C) nos dissídios coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor
- (D) são isentos do pagamento de custas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica

27. Sobre a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em casos de terceirização é correto afirmar que:

- (A) não há hipótese de responsabilidade subsidiária da administração pública direta, autárquica ou fundacional
- (B) há responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quando a contratação do empregado é irregular, através de empresa interposta
- (C) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial
- (D) os requisitos para a responsabilização subsidiária da administração pública direta, autárquica ou fundacional enquanto tomadora de serviços terceirizados são os mesmos aplicados para responsabilização subsidiária de qualquer particular na qualidade de tomador de serviços

28. Sobre Recurso de Revista é correto afirmar que:

- (A) interposto o Recurso de Revista, o Tribunal Regional deve encaminhar diretamente ao Tribunal Superior do Trabalho, onde será feito o juízo de admissibilidade
- (B) conforme previsão da CLT, quando o processo está em fase executória, somente é cabível Recurso de Revista se houver violação à norma constitucional
- (C) para ser conhecido, o Recurso de Revista deve necessariamente apontar violação à lei federal
- (D) o prazo para interposição é de 15 dias

29. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho exclui a análise e o julgamento de ações:

- (A) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular
- (B) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho
- (C) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho
- (D) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores

30. Conforme dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos às nulidades e exceções processuais, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) as nulidades devem ser pronunciadas mesmo sendo possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato
- (B) somente haverá nulidade nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho quando dos atos inquinados resultar manifesto prejuízo às partes litigantes
- (C) se a parte recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do Juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo
- (D) as nulidades não serão declaradas, como regra, senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. A possibilidade de interferir na esfera jurídica de outro indivíduo, sem experimentar resistência, denomina-se:

- (A) faculdade
- (B) poder jurídico
- (C) direito subjetivo
- (D) direito potestativo

32. Um determinado grupo de pessoas decide criar uma ONG objetivando combater a degradação do meio ambiente. A pessoa jurídica assim constituída deverá adotar o formato de:

- (A) uma cooperativa
- (B) uma associação
- (C) uma sociedade
- (D) uma empresa

33. A polêmica em torno do lançamento de biografias não expressamente autorizadas envolve a ponderação entre os princípios:
- (A) da vedação à censura e da isonomia
 - (B) da liberdade de imprensa e do silêncio
 - (C) da igualdade de tratamento e da intimidade
 - (D) da liberdade de expressão e da privacidade
34. Os prazos decadenciais não fluem:
- (A) contra os absolutamente incapazes
 - (B) pendendo condição suspensiva
 - (C) contra os ausentes do país
 - (D) pendendo ação de evicção
35. Quanto à cláusula penal moratória, pode-se afirmar que:
- (A) cumula-se com indenização por lucros cessantes
 - (B) funciona como pré-fixação das perdas e danos
 - (C) interfere na responsabilidade civil
 - (D) compensa o inadimplemento
36. No que tange à responsabilidade civil por dano ambiental, pode-se afirmar que vigora, em nosso sistema jurídico:
- (A) a impossibilidade de cumulação da reparação
 - (B) o afastamento do conteúdo intergeracional
 - (C) o princípio da reparação integral
 - (D) a responsabilidade subjetiva
37. O instrumento processual que permite incluir na lide aquele que estiver obrigado pela lei a indenizar o réu em ação regressiva denomina-se:
- (A) nomeação à autoria
 - (B) denúncia da lide
 - (C) assistência litisconsorcial
 - (D) chamamento ao processo
38. Quando os litisconsortes tiverem procuradores diferentes, os prazos para contestar serão contados:
- (A) decorridas 24 horas
 - (B) de forma simples
 - (C) em quádruplo
 - (D) em dobro
39. Constitui requisito para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal:
- (A) a garantia
 - (B) a sentença
 - (C) a avaliação
 - (D) a liquidação

40. O prazo para propositura de ação rescisória somente se inicia após o trânsito em julgado:
- (A) do julgamento da apelação interposta
 - (B) da última decisão proferida na causa
 - (C) da primeira sentença proferida na causa
 - (D) da decisão final em recurso interlocutório

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CONSTITUCIONAL e ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

41. O ato que declara que uma construção provoca riscos à integridade física dos transeuntes deve ser classificado, quanto ao critério dos efeitos, como:
- (A) simples
 - (B) revogável
 - (C) de gestão
 - (D) declaratório
42. O ato administrativo típico dos órgãos colegiados, cuja função reside em demonstrar sua organização e funcionamento, é identificado, segundo as espécies existentes, como:
- (A) decreto
 - (B) resolução
 - (C) regimento
 - (D) provimento
43. Caso, no decurso de um contrato administrativo, ocorra uma hipótese de alteração unilateral do contrato, imposta pelo Poder Público, por um fato superveniente, o valor inicialmente firmado pode ser objeto do seguinte instituto legal:
- (A) revisão
 - (B) reajuste
 - (C) recomposição
 - (D) atualização monetária
44. Segundo a lei e a doutrina, um bem imóvel adquirido em procedimento judicial e avaliado em cerca de duzentos mil reais deve ser alienado por meio de processo licitatório na seguinte modalidade:
- (A) tomada de preços
 - (B) concorrência
 - (C) pregão
 - (D) leilão
45. Uma empresa pública municipal que seja financeiramente deficitária pode ser extinta desde que isso ocorra por meio do seguinte instrumento:
- (A) medida provisória
 - (B) lei autorizadora
 - (C) lei orgânica
 - (D) decreto

46. A doutrina indica como características comuns dos servidores públicos as seguintes:
- (A) moralidade, competitividade e eficiência
 - (B) contemplatividade, assiduidade e responsabilidade
 - (C) urbanidade, temporariedade e capacidade intelectual
 - (D) profissionalidade, definitividade e relação jurídica de trabalho
47. Segundo a doutrina, **NÃO** figura como característica comum entre as concessões e as permissões:
- (A) a delegação a título precário
 - (B) a imprescindibilidade de licitação prévia
 - (C) a formalização por contrato administrativo
 - (D) a prestação de serviços públicos como objeto
48. Figura como um dos fundamentos básicos do contencioso administrativo:
- (A) a segurança das decisões judiciais
 - (B) a garantia dos negócios jurídicos
 - (C) o sistema de hierarquia orgânica
 - (D) o direito de obter certidões
49. A atuação de imprensa oficial para a divulgação dos atos do Poder Público corresponde a um serviço:
- (A) social
 - (B) econômico
 - (C) administrativo
 - (D) de utilidade pública
50. Possui votação aberta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a decisão quanto à:
- (A) escolha do Procurador-Geral da República
 - (B) escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União
 - (C) aprovação dos chefes de missão diplomática permanente
 - (D) perda do mandato por condenação criminal transitada em julgado
51. No que tange à acumulação de dois cargos públicos remunerados admite-se que:
- (A) a soma dos dois cargos ultrapasse o teto remuneratório
 - (B) haja incompatibilidade de horários no caso de magistério
 - (C) as fundações públicas não estejam sujeitas ao teto remuneratório
 - (D) se acumule um cargo no Poder Judiciário e outro na Administração Pública
52. Figura como legitimado ativo especial para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade:
- (A) a Mesa do Senado e da Câmara
 - (B) o Conselho Federal da OAB
 - (C) o Presidente da República
 - (D) o Governador de Estado
53. É possível o controle de constitucionalidade prévio dos atos normativos:
- (A) quando o parlamentar considerar o processo legislativo inconstitucional
 - (B) na medida em que cabe ao STF o controle preventivo judicial universal
 - (C) caso a tramitação do projeto de lei viole regra do processo legislativo
 - (D) quando a medida for proposta por partido político com representação
54. Considerando os direitos e garantias fundamentais vinculadas ao processo penal, no interrogatório o réu poderá:
- (A) negar-se a responder às perguntas sobre sua qualificação
 - (B) mentir quanto às perguntas relativas aos fatos
 - (C) apresentar documento falso que não o incrimine
 - (D) exercer plenamente o princípio da autodefesa
55. Compete à União organizar e manter no Distrito Federal:
- (A) o Poder Executivo
 - (B) o Ministério Público
 - (C) a Defensoria Pública
 - (D) a Procuradoria do Estado
56. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão efeito vinculante em relação:
- (A) aos fundamentos transcendentais
 - (B) aos motivos determinantes
 - (C) à parte dispositiva
 - (D) à *ratio decidendi*
57. O reajuste do salário mínimo deve ser estipulado por:
- (A) decreto legislativo
 - (B) lei ordinária federal
 - (C) lei complementar federal
 - (D) decreto do Poder Executivo

- 58.** Sonegar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo, se o fato não constitui crime mais grave, é tipo penal punido com:
- (A) detenção, de um a três anos
 - (B) reclusão, de seis a oito meses
 - (C) reclusão, de um a quatro anos
 - (D) detenção, de dois a oito meses
- 59.** Continuar a exercer função pública, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi suspenso é crime punido com:
- (A) detenção, de quinze dias a um mês, ou multa
 - (B) reclusão, de três a seis meses e multa
 - (C) detenção, de dois a oito meses
 - (D) reclusão, de um a três meses
- 60.** Segundo a Lei nº 8.429/92, quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito tomar a seguinte providência:
- (A) ajuizar a ação de improbidade para bloqueio das contas correntes do indiciado
 - (B) representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado
 - (C) oficiar ao Juízo competente a fim de noticiar a prática de improbidade administrativa
 - (D) comunicar a ocorrência de improbidade administrativa ao Corregedor do Tribunal de Justiça